



ID: 88616664

17-09-2020

Destaque

INVESTIGAÇÃO. HISTÓRIAS DE UM PESADELO SEM FIM

# OS PECADOS CAPITAIS DOS BANCOS - E COMO ESTAMOS TODOS A PAGÁ-LOS

CLIENTES PRIVILEGIADOS  
FAVORES

COMIC

Os 5 milhões que os bancos cobram em comissões por dia e os 20 mil milhões injetados pelo Estado são faturas diferentes que o leitor paga por anos de gestão ruinosa e de ligações perigosas que permanecem largamente sem responsabilização. Por Ana Taborda e Bruno Faria Lopes



...EGLIADOS  
 ...POLÍTICOS  
 ...GÓCIOS OPACOS  
**OSÕES ABUSIVAS**  
**BORLAS NOS IMPOSTOS**  
**GESTÃO CAÓTICA E CRIMINOSA**  
**CRÉDITOS RUINOSOS**  
**LAVAGEM DE DINHEIRO**  
**CORRUPÇÃO E FRAUDES**



ID: 88616664

17-09-2020

## Destaque

**F**oram precisos cerca de 10 *emails* para convencer o cliente a não alterar as contas da empresa. A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco, não escapou às pressões de dois empresários que queriam ter acesso às linhas de apoio Covid – mas que não reuniam condições para beneficiar dos mais de 6 mil milhões de euros de financiamento garantidos pelo Estado. E apesar de a pressão lhe ter chegado através dos clientes, vinha originalmente da banca, garante.

“As empresas, para terem acesso a estas linhas, não podem apresentar prejuízos [referentes a 2019], mas – e esta foi a primeira questão, porque já passámos por várias situações desde o início da Covid – houve uma pressão muito grande dos bancos no sentido de dizer: ‘O seu contabilista sabe alterar as contas para apresentar resultados positivos.’ Chegaram a usar como argumento: ‘Isto até é bom para o Estado, porque paga mais imposto, portanto ninguém o incomoda.’”

Um dos 10 *emails* que trocou com o cliente vinha até com uma espécie de manual de instruções: “No banco dizem-me que se alterar esta conta já é suficiente”. Paula Franco chegou a dizer: “Olhe, mude de contabilista, porque eu não vou alterar resultados.” Resposta: “Mas no banco dizem-me que isto é normal.” A situação acabou por se resolver sem mexer nas contas, claro, mas nem sempre foi assim, acrescenta: “Houve demissões de contabilistas exclusivamente por estes motivos.”

O segundo tipo de irregularidade foi ainda mais grave, defende. “Começaram a aparecer pedidos para assinar falsas declarações a garantir que há uma quebra de faturação de 40% [a redução mínima para ter acesso a uma destas linhas]. E não só a faturação não se altera, como é facilmente verificável. Nem consigo perceber como é que se pode sugerir isto e dizer que é uma coisa normal.” Várias das mais de 100 queixas que chegaram à Ordem – parte das quais vai seguir esta semana para o Ministério Público – incluem trocas de

Dois dos cerca de 100 clientes de Paula Franco pressionaram a bastonária – não reuniam as condições para beneficiar das linhas Covid

MIGUEL BALTAZAR



## 2 mil milhões

Mais de metade das perdas do Novo Banco entre 2014 e 2018 resultam de empréstimos ruinosos concedidos pelo antigo BES. O Novo Banco chegou a contratar detetives para fazer o levantamento dos bens de alguns devedores

**“NO BANCO DIZEM-ME QUE SE ALTERAR ESTA CONTA JÁ É SUFICIENTE”, OUVIU PAULA FRANCO DE UM CLIENTE**

## Clientes-rebuçado

**Recebeu 1.100 milhões do Estado, foi vendido por 150 milhões**

**Para** convencer os clientes a investir no aumento de capital do Banif, em 2013, havia obrigações com taxas de juro de 7,5%. “O mais importante é a colocação de ações. As obrigações são um rebuçado para atrair o cliente”, escreveu o responsável por uma área comercial, que ofereceu um **dia de férias** à sua equipa, se cumprissem os objetivos – foram superados em 60 milhões.

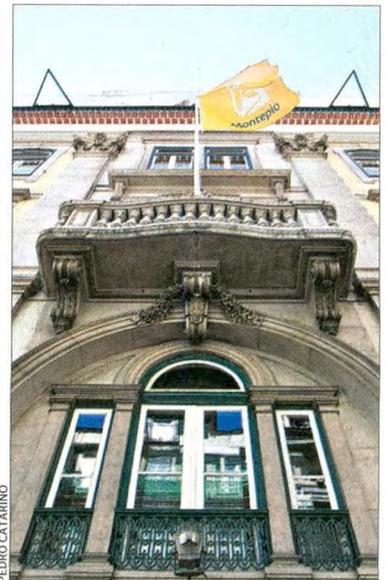
*emails* entre os empresários e os bancos. “Alguns não são muito explícitos. O mais frequente é [os bancos] dizerem: ‘peça ao seu contabilista para assinar esta declaração’; ‘mas o meu contabilista verificou e não reúne as condições’; ‘não tem problema, ele só assina, depois nós aqui resolvemos a questão’. Se o contabilista assinar eles não têm de resolver questão nenhuma, podem é depois dizer que não foram eles a verificar.”

Enquanto falava com a **SÁBADO**, lembrava-se de outro *email*, mais recente, em que o cliente fazia vários insultos ao contabilista: “Faz lá o jeitinho, porque se não fizeres eu vou para a comunicação social. A comunicação social tem de saber que os contabilistas não estão a ajudar as empresas.” Está a ver a distorção? “A pressão foi sobretudo dos bancos? “Foi.” De todos? “Temos queixas dos principais bancos, os mais conhecidos.” Porque temem que, sem estes financiamentos, as empresas não sobrevivam e isso acarrete mais imparidades e prejuízos para os próprios? “Não querem ter imparidades e tam-

bém querem ajudar as empresas a ter acesso. Só que regras são regras.”

Qual é o problema destas situações? “Estamos a falar de dinheiro público, que está garantido pelo Estado português. Há uma responsabilidade enorme e a banca [que entretanto negou ter conhecimento destas situações] tem de ter essa responsabilidade.” Tradução livre: se as empresas tiverem acesso a estes empréstimos sem condições para depois os pagarem (e a probabilidade aumenta se estivermos a falar de empresas em má situação financeira – as tais que pedem para passar de prejuízos a lucros, por exemplo), adivinhe quem corre o risco de acabar a pagar?

As linhas de crédito com garantia estatal criadas para esta crise são um dos capítulos mais atuais na relação complicada entre os contribuintes e o sistema bancário. Uma frente de risco que se soma a um rol extenso de problemas na gestão bancária ao longo dos últimos anos, com impacto para os contribuintes, para os clientes e para a sociedade em geral. A **SÁBADO** passa em revista os principais.



PEDRO CATARINO



## Um coração doente

◻ O iate de 75 metros tinha cinco camarotes e uma equipa permanente que incluía um chefe de cozinha. Custara 22 milhões de euros, concedidos a crédito ao milionário Bernardo Moniz da Maia – mas as prestações de 1 milhão de euros ao BES, pagas a cada três meses, nunca foram liquidadas, sem qualquer consequência ao longo de vários trimestres, sabe a **SÁBADO**. Foi só depois da resolução, na gestão de Stock da Cunha, que o Novo Banco arrestou o barco (e um avião privado).

Esta é apenas uma pequena parte da saga entre o Novo Banco e Moniz da Maia, que em meados do ano passado tinha 99,5% de uma dívida de 538,5 milhões de euros em incumprimento e havia diluído – já em 2019, com uma manobra duvidosa – parte das garantias prestadas ao banco. Um

exemplo, entre muitos, dos problemas enormes no coração do negócio bancário do BES: a gestão do risco de crédito. Problemas que, como revelou várias auditorias, foram os mesmos em muitas instituições: estes relatórios têm passagens praticamente iguais – sobre bancos diferentes.

“Para um conjunto de devedores com diversas operações de crédito aprovadas e contratadas (...) não obtivemos evidência de análises de risco em contratos de financiamento iniciais”, escreve a Deloitte, no relatório divulgado este mês, sobre os créditos concedidos pelo BES até à resolução. “Operações em que o parecer de risco é condicionado ao acolhimento de um conjunto de requisitos prévios à concessão do crédito, e em que o Órgão de Decisão [a administração], além de não fazer depender a sua aprovação da concretização das respetivas condicionantes, não deixou evidência escrita que justifique esta decisão”, listou a EY no início de



MÁRIO CRUZ



JOÃO CARLOS SANTOS

SÉRGIO LEMOS

### 32,5% Quota

das reclamações que chegam ao Banco de Portugal são sobre depósitos bancários. Destes, um quinto das queixas (20,2%) referem-se à cobrança de comissões

### 39% das reclamações

que chegaram ao Banco de Portugal tinham indícios de infrações. Em 27 casos foram mesmo instaurados processos de contraordenação

2019 sobre a Caixa Geral de Depósitos. “Operações que foram aprovadas e contratadas sem que existisse uma análise de risco”, descreveu a Deloitte em 2014, mas sobre o Banif, alvo de resolução no ano seguinte.

O tom repete-se no que toca a créditos sem prestação de garantias, com monitorização insuficiente e recuperação ténue, no desrespeito não justificado das administrações pelos pareceres de risco, no desajustamento entre os juros cobrados e o risco real do devedor, na falta de informação sobre os créditos em incumprimento, entre outros aspetos basilares na gestão de risco. Conclusões idênticas em bancos grandes (como a Caixa ou o BES/Novo Banco), nos médios (como o Montepio, alvo de uma auditoria especial decidida em 2014 pelo Banco de Portugal, que detetou a concessão de um empréstimo sem garantias ao construtor José Guilherme) e nos pequenos (como o BPN que, quando caiu, tinha 22% da carteira de crédito em empresas de elevado risco, segundo o relatório da primeira comissão parlamentar de inquérito).

Estas falhas graves, que aconteceram tanto na gestão privada, como na pública, são um de dois fatores que explicam as operações ruinosas expostas pela última crise. Para completar o retrato, falta o outro lado lunar: as relações com a política e com os devedores.

## Gestores com experiência: mas a errada

◻ O Montepio e o Eurobic são problemas por resolver. Os outros bancos já absorveram milhões do Estado

◻ São muitos os casos de cruzamento intenso entre passagens pela política e pela banca. O mais recente é o de Fernando Teixeira dos Santos, que ocupou até este ano a liderança do Eurobic – o ex-ministro do PS saiu do cargo no mês passado e para o seu lugar subiu José Azevedo Pereira, nomeado no tempo de Teixeira dos Santos para diretor-geral dos Impostos, professor e gestor na esfera do PS. Teixeira dos Santos, por sua vez, sucedera ao ex-ministro da Indústria do PSD, Mira Amaral.

A passagem prévia pela política ◻

**DURANTE VÁRIOS MESES, MONIZ DA MAIA NÃO PAGOU A PRESTAÇÃO DO IATE SEM QUALQUER CONSEQUÊNCIA**



## Destaque



DUARTE RORIZ

► não tinha por si só de levantar dúvidas, não se desse o caso de muitas das pessoas que fazem esse circuito não terem currículo suficiente – ou mesmo qualquer currículo – na banca. Na Caixa Geral de Depósitos, por exemplo, em 35 administradores desde 2000, 20 não tinham experiência sólida, mas 15 tinham desempenhado cargos governamentais ou partidários antes de chegarem ao topo do banco. O que ficou conhecido como “o assalto ao BCP” – que deixou buracos de centenas de milhões de euros nos bancos que patrocinaram os investidores envolvidos nessa guerra – levou Carlos Santos Ferreira (dos poucos com experiência financeira sólida, nos seguros) e Armando Vara da liderança da Caixa para a do BCP. No extinto BPN, estavam vários ex-governantes ligados ao PSD do cavaquismo (Oliveira Costa, Dias Loureiro, Rui Machete, Daniel Sanches). No universo Montepio, a ala católica progressista ligada ao PS e a corrente maçónica pesaram sempre na gestão (hoje têm presença sobretudo no acionista, a Associação Mutualista, que, só na esfera do PS, tem oito pessoas nos órgãos sociais).

O trânsito oposto também existe, quer para a política – um dos casos mais proeminentes é a passagem de Manuel Pinho do BES para a pasta da Economia no Governo de Sócrates –, quer para o regulador (11 pessoas nas administrações do Banco de Portugal desde 2000 circularam entre os regulados e o regulador). A transumância fragiliza a política de crédito dos bancos, como sugere, por exemplo, a análise a alguns dos créditos ruinosos da Caixa, como o financiamento da Artlant, fábrica que o governo de José Sócrates quis atrair para Portugal. Vários destes

◀ Dias Loureiro demitiu-se do Conselho de Estado de Cavaco Silva por estar a ser investigado no âmbito do caso BPN

**58 dias**

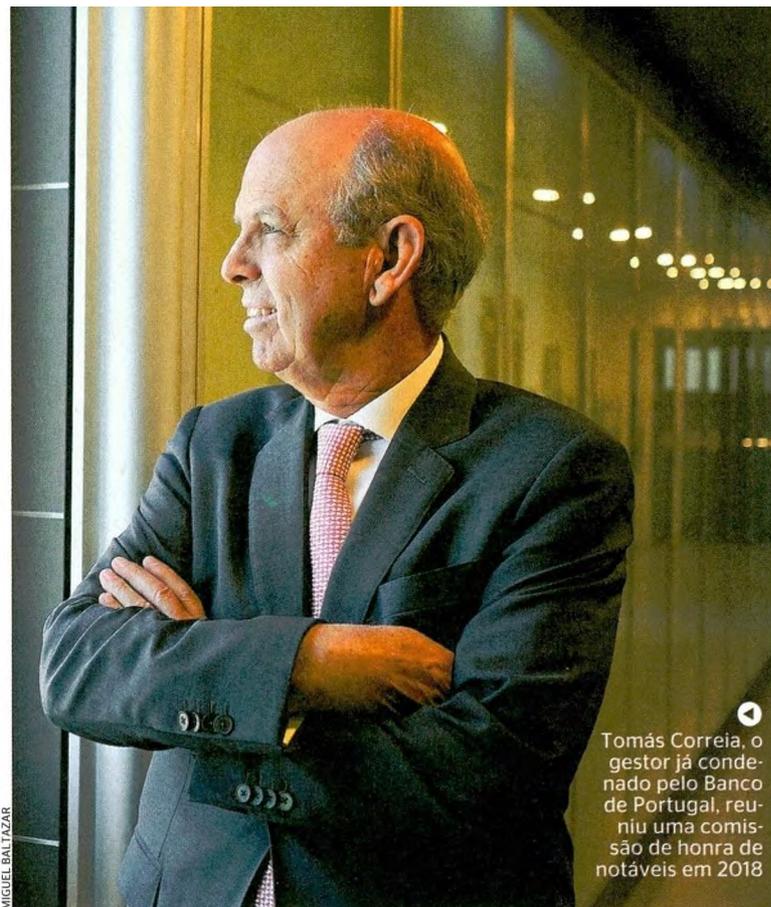
foi o tempo que o Banco de Portugal demorou, em média, a encerrar as reclamações – mais do dobro que em 2018 (28 dias). “O crescimento significativo do número de reclamações” explica “em parte” este aumento, diz o regulador

**O PROBLEMA DE POLÍTICOS NA BANCA? MUITOS NÃO TINHAM CAPACIDADE TÉCNICA, NEM MARGEM, PARA DIZER “NÃO” A CRÉDITOS**

▶ Manuel Pinho saiu do BES para ministro da Economia do governo de José Sócrates



VITOR CHI



▶ Tomás Correia, o gestor já condenado pelo Banco de Portugal, reuniu uma comissão de honra de notáveis em 2018

gestores não tinham capacidade técnica, nem margem, para dizer a palavra mais importante para quem gere crédito: “não”.

## Buracos com honra

▶ Foi há quase 10 anos que a Caixa Económica Montepio Geral comprou por 341 milhões de euros o mais pequeno Finibanco. O preço acabou por ficar 101 milhões acima da avaliação feita ao banco um ano antes – e largamente acima do que fontes financeiras no mercado, por quem passou o dossiê do pequeno banco dominado pela família Costa Leite, atribuíam. “Não era uma questão de não pagar pelo banco – teríamos de receber para ficar com aquele banco”, aponta à

SÁBADO um ex-administrador de um dos bancos de referência em Portugal. O Montepio acabaria a absorver quase 1.000 milhões de euros em perdas geradas pela carteira do Finibanco, agravadas pela

crise, obrigando os mutualistas a um aumento de capital – a compra, iniciada em ano de recessão económica, foi o maior erro na gestão do banco. Ao Ministério Público chegou, no fim de 2015, uma denúncia de um ex-administrador do Finibanco que, segundo o *Correio da Manhã*, alegava o pagamento de comissões ilegais pelo negócio. Tomás Correia continuaria à frente da Associação Mutualista por mais tempo, conseguindo ser reeleito. Na última reeleição, em 2018, já com processos de contraordenação do Banco de Portugal e investigações do Ministério Público às costas, conseguiu contar com políticos, artistas e outras personalidades na sua comissão de honra, entre os quais Luís Patrão, tesoureiro do PS, os socialistas Edmundo Martinho e Jorge Coelho, os sociais-democratas Matos Correia e José Eduardo Martins, e a ex-primeira-dama Manuela Eanes.

Uma comissão de honra superada já este mês pela de outra figura ligada aos problemas da banca: Luís Filipe Vieira, empresário e presidente do Sport Lisboa e Benfica. A já referida auditoria da Deloitte estimou em 225 milhões de euros o impacto potencial da reestruturação da dívida da Promovalor ao Novo Banco. Em cima desta perda há outro valor,



revelado pela SÁBADO há um ano: os 54 milhões de euros da Imosteps, uma *holding* pertencente a Vieira. A dívida, toda em incumprimento, diz respeito a um alegado acordo informal entre Vieira e Ricardo Salgado, para que o primeiro assumisse responsabilidades por ativos na esfera do Grupo Espírito Santo no Brasil, sendo para isso financiado pelo BES – um exemplo, entre muitos, da excessiva proximidade de administradores bancários e alguns grandes clientes, outra fonte habitual de perdas. O mau crédito acabou a ser vendido por uma fração do valor ao fundo Davidson Kempner. Vieira – que também está envolvido em investigações judiciais – tem vários políticos na sua comissão de honra para ser reeleito presidente do Benfica, entre os quais o primeiro-ministro António Costa e o autarca de Lisboa, Fernando Medina.

Os casos das listas VIP nas comissões de honra espelham um fenómeno mais amplo: a falta de responsabilização de gestores e de alguns grandes devedores. Na Caixa, mais de um ano após ter dito que o banco estava a trabalhar no sentido de fornecer informação para os eventuais processos judiciais e do regulador contra ex-gestores do banco, o presidente Paulo Macedo apontou, em julho, que foram feitas propostas “às autoridades competentes”, justificando a demora com a complexidade do caso.

A complexidade e dimensão dos processos foi também invocada no caso BES/GES, cuja acusação a Ricardo Salgado e a mais 24 gestores surgiu também em julho, seis anos depois da resolução do banco. No BPN – o banco que, face à sua dimensão, mais dano causou ao erário público –, depois de seis anos de julgamento, a primeira condenação de Oliveira Costa a 14 anos foi mandada para trás por causa de um lapso do tribunal e revista depois para 12 anos, com um recurso da defesa a evitar a prisão efetiva. Oliveira Costa morreu no início deste ano, com 85 anos – entretanto, outros gestores investigados por suspeita de branqueamento de capitais, como Dias Loureiro, viram o seu processo arquivado. A lista de exemplos poderia continuar.

**AS COMISSÕES BANCÁRIAS REPRESENTAM, EM MÉDIA, 30% DAS RECEITAS DOS BANCOS – HÁ 10 ANOS ERAM 10%**

**1,8 milhões**

de euros foram devolvidos pela banca a 31 mil clientes em 2019. Em causa estava a recusa de aplicar o valor efetivo da Euribor

## A fatura paga pelos clientes

▶ Sabe quanto é que os bancos recebem por dia em comissões bancárias? “Em média 5 milhões de euros”, explica à SÁBADO Nuno Rico, economista da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (Deco). Só no ano passado, a Caixa arrecadou 502 milhões de euros neste tipo de taxas, mais 61,8 milhões que em 2015, os últimos resultados apresentados antes de Paulo Macedo ser escolhido para liderar o banco público. “As comissões têm vindo a aumentar muito significativamente, sobretudo desde a anterior crise, e têm um peso cada vez maior nos resultados dos bancos. Representam, em média, mais de 30% das receitas e há bancos onde já chegam quase aos 40%. Há 10 anos estávamos a falar de valores que rondavam os 10%”, acrescenta Nuno Rico. Com a subida das comissões, os bancos tentam suprir a



JOSE MANUEL RIBEIRO

▶ O ex-ministro Teixeira dos Santos deixou este ano a presidência do Eurobic



MIGUEL A. LOPES

▶ Armando Vara chegou ao topo da banca sem experiência bancária, mas com currículo político

### Sabe quanto paga?

**Se quiser juntar um titular à conta paga 5 a 10 euros. Mas há comissões mais insólitas**

**Se quiser depositar moedas** Em bancos como o BCP e CGD, a partir de 25 moedas já **paga 2,50 euros** para lhe contarem e aceitarem o dinheiro. Depois, depende: há quem cobre entre 3,50 e 5 euros a partir de 100 moedas.

### Pedir uma fotocópia

Uma fotocópia “simples”, de uma página, ou de um cheque, custa 12 euros na CGD; no BCP, uma **cópia de um cheque fica a 10 euros**, mas se fizer o mesmo pedido para a fatura de uma compra feita com cartão o custo sobe para 15 euros; no Novo Banco paga mais se quiser cópia de uma fatura estrangeira (20 euros).

### Ultrapassar o limite do cartão de crédito

Não fez bem as contas e gastou mais do que devia com o cartão de crédito? Alguns bancos permitem, mas vai pagar por isso: no Santander **entre 2,50 e 5 euros**; no BCP, 15 euros.

### Anular ou cancelar um cheque

A CGD tem um valor único – 24,80 euros; no BCP são 10 euros, em Portugal, e **35, no estrangeiro**; o Novo Banco cobra 18 euros.

### Devolver uma transferência com NIB incorreto

No Santander, tentar fazer uma transferência com um número de conta inválido vai **custar-lhe 25 euros**. Já o Novo Banco cobra 40 euros por qualquer “alteração, esclarecimento, devolução ou anulação”.



ID: 88616664

17-09-2020



MARILINE ALVES

erosão das margens devido à descida histórica das taxas de juro – e alimentar a fome por receitas depois de anos de perdas geradas pela crise e pela má gestão. No total, os cinco maiores bancos – CGD, BCP, Santander Totta, BPI e Novo Banco – receberam, em 2019, mais de 1.800 milhões de euros por esta via.

E o que é preciso para que o banco cobre uma destas taxas? Que haja um serviço associado. No entanto, isso nem sempre tem acontecido. A Deco estima que as instituições financeiras lucrem anualmente 285 milhões de euros com a chamada comissão de processamento de prestações bancárias, um valor que o banco lhe cobra quando paga a sua prestação a tempo e horas – sim, o cliente paga para poder pagar. E paga cada vez mais: esta comissão subiu em média 44% nos últimos cinco anos. “É um procedimento automático. Não consigo imaginar que haja um funcionário a proceder à cobrança mensal de cada uma das prestações [dos mais de 13 milhões de créditos do País] e os bancos nunca conseguiram justificar qual é o serviço associado. Mas encontram sempre forma de cobrar, mesmo quando, desde 2015, há uma lei que proíbe comissões sem serviços associados.” Este ano, o parlamento aprovou o fim da comissão de processamento de prestações, mas isso não significa que os bancos deixem de receber mais de 200 milhões de euros – a legislação, que deverá entrar em vigor em janeiro de 2021, vale apenas para os novos contratos.

Outro problema, defende a Deco, são os aumentos desproporcionais. “A comissão das anuidades dos cartões de débito, por exemplo, subiu

António Costa apoia a recandidatura do devorador Luís Filipe Vieira à presidência do Benfica – diz que a questão não é política

## 954 euros

É quanto poderá pagar “a mais ao banco” em 30 anos de crédito à habitação pelo pagamento da comissão de processamento das prestações

**A DECO ESTIMA QUE OS BANCOS RECEBAM 285 MILHÕES DE EUROS POR ANO SÓ COM UMA “COMISSÃO ABUSIVA”**

Em 2019, o Novo Banco vendeu uma dívida desconhecida de Vieira – 54 milhões de euros – toda por pagar

28% nos últimos anos. Temos aumentos de comissões a dois dígitos e uma inflação entre 0% e 1%”, diz. Talvez por isso, estas taxas continuem a ser um dos principais motivos de queixa dos clientes.

Outro exemplo? A partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras passaram a ter de enviar o extrato de comissões, com todos os valores cobrados no ano anterior, a todos os seus clientes. Problema: de acordo com o Relatório de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal de 2019, 111 não o enviaram a todos os clientes e, mesmo nos casos em que o fizeram, houve várias falhas – não se sabia qual tinha sido o total cobrado por uma determinada comissão, o número de vezes que o serviço tinha sido utilizado ou o valor anual correspondente; além disso, continuam a cobrar-se comissões em duplicado, que não estavam previstas no preçário ou que são pagas por clientes que deveriam estar isentos.

Os valores também variam muito de banco para banco: manter uma



VITOR CHI

## Atrasos nas moratórias

Clientes e Deco queixam-se de respostas demoradas

“No dia 21 de julho entreguei o pedido de moratória legal pelo serviço Caixa Direta (...) hoje, dia 13 de agosto, ainda me encontro à espera de resposta da Caixa (...) entretanto, já me deduziram uma prestação no dia 4 de agosto.” Esta é apenas uma das dezenas de reclamações que aparecem no Portal da Queixa e que a Deco confirma ter recebido. “Toda a banca teve alguma dificuldade em cumprir os prazos [que no caso da moratória pública, por exemplo, não deveriam exceder os cinco dias]”, diz à **SÁBADO** Natália Nunes, coordenadora do gabinete de proteção financeira da Deco. “As principais reclamações têm a ver com o facto de estarem a demorar muito tempo a dar resposta, muitas vezes até pela ausência de resposta, mas também temos intervindo em algumas casos em que as moratórias foram recusadas, mas estavam preenchidos todos os requisitos para os clientes terem acesso a elas.”

conta à ordem pode custar entre zero e 124,80 euros. “Ter uma simples conta à ordem custa em média, por ano, 65,40 euros. Só em relação ao último ano este valor representa um aumento de 2,2%, uma subida sete vezes superior à inflação. E é um registo informático, não há um funcionário no cofre a limpar as nossas notas e moedas”, defende Nuno Rico. Há, claro, outras taxas muito variáveis: levantar dinheiro ao balcão pode custar entre zero e 20 euros; fazer uma transferência para países do espaço SEPA19 (pagamento em euros, coroas suecas ou leus romenos) entre 2,60 euros e 114,40 euros. No total, em 2019, o Banco de Portugal recebeu 18.104 reclamações de clientes bancários, mais 18,7% do que



no anterior. "Este crescimento foi impulsionado pela disponibilização do acesso ao Livro de Reclamações Eletrónico, a 1 de julho de 2019", defende o regulador – mas, mesmo sem as queixas recebidas de forma eletrónica, as reclamações cresceram 1,4%.

## O preço unilateral das mudanças

► E o que acontece quando as condições de mercado se alteram radicalmente? Depende. Em 2015, quando a Euribor se aproximou de zero e, depois, de valores negativos, os bancos começaram por argumentar que a taxa de juro dos créditos não podia ser inferior ao *spread*. Em seguida, defenderam que a taxa final de

um empréstimo teria de ser sempre de pelo menos 0%. "Era uma alteração unilateral do contrato, que punha todo o risco em cima do consumidor. Em 2008, quando as taxas de juro rondavam os 5%, nunca ouvi nenhum dirigente bancário falar em limitar a taxa de juro. Quando passou a ser ao contrário, começaram a falar em alterar as regras do jogo, e só depois de bastante luta a banca foi

obrigada a, num crédito de taxa variável, fazer refletir o valor efetivo da Euribor", lembra Nuno Rico.

No plano das alterações de circunstâncias há uma luta mais recente, que afeta milhares de clientes do Novo Banco. José Nabais, 67 anos, é um de-



FERNANDO PICARRA

## EM MENOS DE 24 HORAS O NOVO BANCO MUDOU AS REGRAS DE UMA CONTA QUE PAGAVA 3,5% DE TAXA DE JURO

► Nuno Rico, economista da Deco, diz que os bancos são "criativos" e "encontram sempre formas de cobrar [taxas]"

les. Quando trabalhava na Portugal Telecom (PT), lembra-se de haver funcionários do BES dentro da operadora (o BES era acionista da PT) à procura de clientes. "Davam-lhes uma sala de reuniões, facultavam-lhes números internos e eles ligavam às pessoas. Nunca fui a uma dessas reuniões, mas como a publicidade era tão forte acabei por sair do Millennium bcp para o BES", conta à SÁBADO. Há sete anos, aderiu à Conta Poupança Programada com um prazo de 10 anos e uma taxa de juro de 3,5%. "Coloquei aqui cerca de 40% a 50% das minhas poupanças e o objetivo era ir fazendo reforços todos os meses, ou todos os anos, até ao montante máximo de 24 mil euros por ano", explica. De acordo com o relatório e contas do BES de 2013, mais de 369 mil clientes tinham, nessa altura, uma destas contas, num bolo total de 253 milhões de euros. Agora? ►



TIAGO SOUSA DIAS

► “Trata-se de informação confidencial”, diz o Novo Banco, recusando divulgar números atualizados.

Quando as taxas de juro começaram a cair, a postura do banco face ao produto que pagava 3,5% mudou. “Há uns três, quatro anos propusem-nos que o contrato acabasse e adiantavam-nos um valor se o cancelássemos”, explica José Nabais, que não aceitou. Mais tarde veio a indicação de que os reforços mensais só podiam ser feitos até 2 mil euros – e, a 15 de junho, o fim: um *email* automático enviado a todos os clientes acabava com os reforços mensais a partir do dia seguinte. Continuavam a beneficiar da taxa de juro de 3,5% no valor que estava na conta, mas não podiam acrescentar-lhe um cêntimo.

O Novo Banco justifica a medida com o “artº 347 do Código Civil”, que “se sobrepõe ao contrato, em razão de uma alteração das circunstâncias anormal ocorrida no mercado das taxas de juro [nos últimos anos]”. Uma alteração que, acrescenta o Novo Banco à **SÁBADO**, “extravasou os limites da racionalidade económica”. Para a Deco, a decisão “não tem fundamento legal” e “configura uma alteração unilateral das condições anteriormente subscritas, sendo que nem as condições gerais, nem a FIN (Ficha de



SÉRGIO LEMOS

▲ O governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, recusou divulgar a auditoria interna do Banco de Portugal sobre a resolução do BES

### Sete

Número de comissões parlamentares de inquérito à gestão da banca: BPN (2), BES (1), Caixa (3) e Banif (1)

**OS APOIOS AOS BANCOS JÁ CUSTARÃO 21 MIL MILHÕES AOS CONTRIBUINTES – A FATURA VAI CONTINUAR A SUBIR**

▲ António Ramalho, presidente do Novo Banco, é acusado de alterar unilateralmente um contrato

Informação Normalizada), prevêem a possibilidade de qualquer uma das partes alterar unilateralmente as condições contratuais, nem a possibilidade de o banco, por livre iniciativa, recusar as entregas programadas ou pontuais, desde que feitas dentro dos limites mínimos e máximos previstos.” Mais: “Se o Novo Banco assumiu e propôs essas condições aos seus clientes, expôs-se ao risco de essas condições (macroeconómicas) lhe vi-

### O BPN é o pior

Quando nos custaram os rombos da banca?

**A nacionalização** do BPN, um banco quase 10 vezes mais pequeno do que o BES, custou 5 mil milhões de euros aos contribuintes. **Não há igual.** Seguiu-se o BPP (com uma garantia pública que foi em grande parte devolvida) e, depois, uma sucessão de aumentos de capital na Caixa entre 2008 e 2017: 5,4 mil milhões. O Banif custou cerca de 3,3 mil milhões, dos quais 411 milhões foram devolvidos. E sobra a resolução do BES: até agora foram 7,9 mil milhões injetados pelo Fundo de Resolução, quase tudo emprestado pelo Estado.

rem a ser desfavoráveis, sendo que esse risco é inerente à atividade e corre por conta (exclusiva) do banco.”

### São 21 mil milhões, por favor

Se uma parte do impacto direto da crise da banca se faz sentir nas comissões, o impacto indireto, ainda mais impopular, acontece sobre todos os contribuintes: são os apoios públicos, seja em injeções de capital em bancos nacionalizados, em empréstimos ao Fundo de Resolução ou em empréstimos aos bancos. Em alguns deles, o Estado conseguiu reaver o capital e ainda ganhou dinheiro: o BPI e o BCP reembolsaram rapidamente os empréstimos de 1,5 mil e 3,5 mil milhões de euros, respetivamente, concedidos ao abrigo da linha disponibilizada pela troika, pagando mais de 1.000 milhões em juros. Mas o cenário geral é desolador.

Até ao fim de 2018, o custo líquido dos apoios aos bancos para os contribuintes era de cerca de 19,1 mil milhões de euros, segundo o INE – juntando as injeções feitas no Novo Banco em 2019 e 2020, as despesas que o BPN continua a gerar, e se descontarmos os dividendos pagos pela Caixa em 2019 (300 milhões) o total sobe para 21 mil milhões. Os encargos previstos contratualmente com o Novo Banco – mais 900 milhões ao abrigo do mecanismo indireto de garantia; o risco de o Estado poder ter de injetar mais dinheiro se o banco precisar – e com o BPN, além do impacto que a pandemia vai gerar nas contas dos bancos, vão agravar a fatura.

Portugal é, aliás, o quinto país numa amostra de 27 analisados pelo FMI, em 2017, em que os apoios públicos aos bancos mais pesam no PIB (acima de 10%). Além disso, é dos países cujo erário público menos valor recuperou daquilo que aplicou no sistema financeiro: tal como Chipre, recuperou menos de um quinto (Dinamarca, França ou Holanda recuperaram mais de 80%).

Todo este dinheiro tem consequências: aumentou a dívida pública em cerca de 12 pontos percentuais, com a correspondente fatura em juros, e tirou margem à gestão orçamental para reduzir impostos e aumentar a despesa em áreas importantes. ◻

Entrevista exclusiva a Ângela Barreto  
**JIHADISTA PORTUGUESA CONTA  
 COMO SOBREVIVEU NA SÍRIA**

João Rôlo tem pavor da cirurgia estética  
**“NÃO QUERO ADORMECER JOÃO  
 E ACORDAR JOAQUINA”**

# SÁBADO

www.sabado.pt N.º 855 - SEMANAL - 17 A 23 DE SETEMBRO DE 2020 - €3,50 (CONT.)



**INVESTIGAÇÃO**

# COMO OS BANCOS MANDAM NA SUA VIDA

**E ainda ficam com muito dinheiro que é nosso**

É um poder gigantesco que ninguém consegue travar. Cobram 5 milhões por dia em comissões e não pagam as ajudas do Estado. Gozam de borlas nos impostos, fazem negócios ruinosos e praticam vários crimes. Fomos investigar os segredos da banca e as suas ligações perigosas



**QUEM TEVE CANCRO  
 NA JUVENTUDE  
 NÃO CONSEGUE CRÉDITO À HABITAÇÃO**

